

INTRODUÇÃO

Razões e urgências dos diálogos sobre segurança

Quando as organizações sociais engajadas nas iniciativas do *Observatório da Cidadania* e dos *Diálogos contra o Racismo* resolveram se debruçar, de maneira mais dedicada, sobre os problemas e os desafios da segurança pública, estavam dando um passo crucial para contribuir com a ruptura de uma “tradição”, predominante no Brasil, de que essa era uma área exclusiva da polícia e do Estado.

O campo da segurança pública, em grande medida, atravessou o longo período conhecido como de “abertura política e democratização” da sociedade brasileira praticamente incólume a qualquer questionamento dos seus fundamentos autoritários e patrimonialistas. Nem mesmo a Constituição Cidadã, promulgada em 1988, foi capaz de alterar a impermeabilidade do sistema de segurança aos novos ventos que informavam o processo de democratização da sociedade e do Estado brasileiros. O que assistimos foi a preservação de uma alquimia perversa que combinou elementos do “aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei” da República Velha, com a doutrina de “Segurança Nacional” da ditadura militar.

O resultado foi um monstro institucional diligente na criminalização das populações pobres, especialmente as pessoas negras e jovens, e leniente com os criminosos capazes de subsidiar uma malha de corrupção inerente a um aparato policial desprovido de controle externo, sem treinamento e formação adequados e desvalorizado por remunerações quase sempre infames.

Nesse marco, as organizações da sociedade civil, especialmente aquelas voltadas para os “direitos humanos”, exerceram o papel essencial de documentar e expor os abusos cometidos pelos aparatos do sistema de segurança pública, em particular a violência e a corrupção das polícias. Um grupo mais restrito dessas organizações também contribuiu com a crítica e com propostas de reforma do sistema como um todo, mas o trabalho de denúncia sempre foi o prioritário, diante da brutalidade e da escala das violações de direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado. O estudo aprofundado do tema permaneceu como matéria de especialistas, com alguns setores de excelência na academia e outras instituições de pesquisa¹ alertando, desde longa data, para a necessidade de um enfoque mais amplo na abordagem do tema da segurança.

Também é importante mencionar algumas tentativas, experimentadas na década de 1990, de imprimir na prática das instituições policiais um outro modelo de interação societária, a partir do marco mais amplo dos direitos humanos e da cidadania.² Outras tentativas localizadas e experiências de mudanças no enfoque e na prática da segurança pública foram e continuam sendo testadas pelo Brasil afora, muitas com ativa participação de organizações da sociedade civil, das comunidades mais diretamente atingidas pela violência e, em alguns casos, com o engajamento ativo das próprias forças policiais. A força inovadora e exemplar de algumas dessas experiências representa um sopro de esperança a ser valorizado.

No entanto, continuamos carentes de um esforço concertado na sociedade e no Estado que imprima ao tema da segurança pública a urgência que se deve atribuir às situações de calamidade pública ou emergência social, claramente expressa nos números e indicadores existentes no Brasil, especialmente aqueles relativos à violência letal contra jovens pobres e negros. A experiência de outros países e algumas histórias localizadas de sucesso no Brasil reforçam a convicção de que outro padrão de segurança pública não apenas é possível, mas essencial à consolidação da democracia em nosso país.

Os artigos e a entrevista desta edição especial do *Observatório da Cidadania* expressam, ainda que de maneira incompleta, a riqueza e a paixão presentes nos dois dias de debate realizados em 2008. Trata-se de um diálogo essencial sobre os dilemas e os desafios impostos diante de todos e todas que acreditam na utopia de uma sociedade em que a segurança pública seja efetivamente um direito, cujo exercício e cuja garantia produzam sentimentos de orgulho, e não de vergonha.

Sabemos que esta é uma caminhada árdua, mas, ao mesmo tempo, um convite cativante para que deixemos o conforto das nossas práticas conhecidas de trabalho – sem dúvida, importantes e necessárias – e aceitemos um diálogo que tenha consequências efetivas sobre os muitos desafios e silêncios que ainda persistem nas conversações e narrativas sobre segurança pública no Brasil.

1 Basta mencionar os estudos realizados, há décadas, por pesquisadores(as) como Paulo Sérgio Pinheiro, Alba Zaluar, Gilberto Velho, Sérgio Adorno, entre muitos outros.

2 O exemplo mais acabado dessas tentativas foi a experiência liderada pela equipe de Luiz Eduardo Soares, no estado do Rio de Janeiro, ao longo dos anos de 1998 e 2000, quando se tentou, pela primeira vez, fazer uma reforma no desenho e no modo de operação das instituições policiais. O relato dessa experiência se encontra no livro de autoria de Luiz Eduardo Soares, *Meu casaco de general: quinhentos dias na front da segurança pública do Rio de Janeiro*, publicado pela Companhia das Letras, em 2000.

Entre os temas e as questões já discutidos nas entidades participantes nos diálogos sobre segurança pública, sublinhamos os que reforçam a necessidade de reforma e/ou “refundação” da polícia e da própria sociedade. As consequências do que alguns se referem como “sociabilidade violenta” caracterizam as relações sociais no Brasil, profundamente marcadas pelo racismo e pelo patriarcalismo discriminatórios de negros e mulheres, vítimas recorrentes da violência pública e privada.

Também destacamos a necessidade de abrir canais de conversação – sem excluir as dores e os traumas decorrentes das violações dos direitos humanos pelas instituições policiais –, com os setores existentes no aparato de segurança, que se encontram também inconformados com a realidade atual e dispostos a pensar o que seria uma política e um sistema de segurança pública consistente com os ideais democráticos e com uma cultura de direitos.

Muitos desses temas são amplamente discutidos e tratados, em uma perspectiva plural, nos artigos e na entrevista desta edição. Acreditamos que os diálogos e esta publicação ocorrem em um momento particularmente interessante, às vésperas da realização da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública e no limiar de uma nova rodada de debates sobre o futuro do Brasil, decorrência (esperamos) inevitável do processo eleitoral de 2010.

Boa leitura!

Grupo de Referência do
Observatório da Cidadania